# Sumário

**Introdução** ..... **35**

**Parte I – FUNDAMENTOS DA TEORIA GERAL DA DEFESA** ..... **43**

**Capítulo 1 – TEORIA GERAL DA DEFESA** ..... **45**
1.1. O que é uma Teoria Geral? ..... 45
1.2. Origem da defesa ..... 46
1.3. O julgamento como fenômeno humano e a necessidade de defesa ..... 50
1.3.1. O julgamento como fenômeno humano ..... 50
1.3.2. Da suspeita à condenação: a antecipação do juízo ..... 51
1.3.3. A multidão também condena ..... 52
1.3.4. O julgamento pela mídia e a condenação sem processo ..... 53
1.3.5. O acusado contra a sociedade ..... 54
1.3.6. A presunção social de culpa ..... 55
1.3.7. A acusação institucional e a força do poder público ..... 56
1.3.8. O erro de confundir acusação com verdade ..... 57
1.3.9. A defesa como conquista civilizatória ..... 58
1.4. Direito ou garantia de defesa? ..... 59
1.5. O que é o Direito de Defesa? ..... 60
1.6. Fundamento ..... 61
1.7. Teoria Geral da Defesa ..... 63
1.8. Incidência da Teoria Geral da Defesa ..... 64
1.9. Direito de Defesa como meio de legitimar o processo ..... 67
1.9.1. O defensor não se confunde com o acusado ou investigado ..... 68
1.10. Direito de defesa como instrumento de pacificação social ..... 70

**Capítulo 2 – FONTES DO DIREITO DE DEFESA** ..... **73**
2.1. Constituição Federal ..... 74
2.2. Tratados Internacionais de Direitos Humanos ..... 76

2.3. Legislação ordinária ..... 77
2.4. Jurisprudência ..... 78
2.5. Doutrina ..... 79

**Capítulo 3 – DIREITO DE DEFESA COMO DIREITO FUNDAMENTAL E DIREITO HUMANO ..... 81**

3.1. Direito de Defesa como Direito Fundamental ..... 81
3.1.1. Dimensão subjetiva do direito de defesa ..... 84
3.1.2. Dimensão objetiva do direito de defesa e eficácia irradiante ..... 85
3.1.3. Eficácia horizontal do direito de defesa nas relações entre particulares ..... 88
3.2. Direito de Defesa como Direito Humano ..... 90
3.2.1. O direito de defesa na Declaração Universal dos Direitos Humanos ..... 91
3.2.2. O direito de defesa na Convenção Americana de Direitos Humanos ..... 93
3.2.3. O direito de defesa na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ..... 97
3.2.4. O direito de defesa na Convenção Europeia de Direitos Humanos ..... 99
3.3. *Status* das normas de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro ..... 103
3.3.1. O princípio *pro persona* como critério de aplicação das normas de direitos humanos ..... 107
3.4. A transversalidade do direito de defesa ..... 109

**Parte II – CLASSIFICAÇÃO TELEOLÓGICA DOS PROCESSOS ..... 111**

**Capítulo 4 – A CLASSIFICAÇÃO TRADICIONAL DOS PROCESSOS ..... 113**

4.1. A classificação como instrumento da ciência jurídica ..... 113
4.2. A divisão do Direito em ramos ..... 114
4.3. A vinculação tradicional entre direito material e direito processual ..... 115
4.4. Processo civil ..... 115
4.5. Processo penal ..... 116
4.6. Processo trabalhista ..... 116
4.7. Processo administrativo ..... 117
4.8. Processo tributário ..... 117
4.9. Processo eleitoral ..... 118
4.10. Outras classificações processuais ..... 118
4.11. A utilidade didática, legislativa e institucional da classificação tradicional ..... 120

**Capítulo 5 – AS LIMITAÇÕES DA CLASSIFICAÇÃO BASEADA NO DIREITO MATERIAL ..... 123**
5.1. A insuficiência da denominação formal do processo ..... 123
5.2. Forma processual e natureza material ..... 124
5.3. Processos formalmente distintos com consequências jurídicas de mesma natureza ..... 125
5.4. A insuficiência do ramo do Direito como critério para definição do regime processual ..... 126
5.5. A fragmentação normativa de processos materialmente semelhantes ..... 126
5.6. As incoerências produzidas pela classificação tradicional ..... 127
5.7. A necessidade de um novo critério classificatório ..... 128

**Capítulo 6 – A PRETENSÃO DEDUZIDA E O OBJETIVO FINAL DO PROCESSO ..... 129**
6.1. Finalidade e processo ..... 129
6.2. A pretensão processual como ponto de partida ..... 130
6.3. Conceito de pretensão deduzida ..... 130
6.4. A pretensão deduzida e o objeto do processo ..... 131
6.5. Conceito de objetivo final do processo ..... 131
6.6. Pretensão deduzida, causa de pedir e consequência jurídica ..... 132
6.7. Objetivo final e resultado concreto do julgamento ..... 132
6.8. Pretensão, objetivo final, forma e natureza do processo ..... 133

**Capítulo 7 – A CLASSIFICAÇÃO TELEOLÓGICA DOS PROCESSOS ..... 135**
7.1. Conceito ..... 135
7.2. Fundamentos da classificação pela pretensão e pelo objetivo final ..... 136
7.3. Natureza material e limites da classificação legislativa ..... 137
7.4. Elementos de qualificação da pretensão e do objetivo final ..... 138
7.4.1. A causa de pedir e o fundamento jurídico da pretensão ..... 138
7.4.2. A existência de imputação ..... 138
7.4.3. A natureza da consequência jurídica ..... 138
7.4.4. O exercício de poder sobre a esfera jurídica da parte ..... 139
7.4.5. A gravidade da consequência ..... 139
7.4.6. A gravidade da consequência e a natureza do processo ..... 141

**Capítulo 8 – PROCESSOS DE NATUREZA SANCIONATÓRIA ..... 145**
8.1. Conceito ..... 145
8.2. Imputação de conduta ..... 147
8.3. Pretensão sancionatória ..... 148
8.4. A sanção como consequência jurídica possível ..... 149

8.5. Exercício do poder punitivo ..... 149
8.6. Elementos caracterizadores ..... 150
8.7. Processos sancionatórios judiciais ..... 151
8.8. Processos sancionatórios administrativos ..... 152
8.9. Processos sancionatórios entre particulares ..... 152

**Capítulo 9 – PROCESSOS DE NATUREZA NÃO SANCIONATÓRIA ..... 155**
9.1. Conceito ..... 155
9.2. Ausência de finalidade punitiva ..... 156
9.3. Processos declaratórios ..... 157
9.4. Processos constitutivos ..... 157
9.5. Processos reparatórios ..... 158
9.6. Processos satisfativos ..... 158
9.7. Processos executivos ..... 159
9.8. Processos de reconhecimento de direitos ..... 159
9.9. Processos administrativos não sancionatórios ..... 160
9.10. Processos entre particulares de natureza não punitiva ..... 161

**Capítulo 10 – PROCESSOS COM PRETENSÕES E FINALIDADES MÚLTIPLAS ..... 163**
10.1. A pluralidade de pretensões e objetivos finais juridicamente possíveis ..... 163
10.2. Cumulação de pretensões de naturezas distintas ..... 164
10.3. Pretensões reparatórias e sancionatórias no mesmo processo ..... 164
10.4. Autonomia das pretensões para fins de classificação ..... 165
10.5. O objetivo predominante ..... 165
10.6. Aplicação diferenciada de regimes jurídicos dentro do mesmo processo ..... 166

**Capítulo 11 – REPERCUSSÕES DA CLASSIFICAÇÃO TELEOLÓGICA NA TEORIA GERAL DO PROCESSO ..... 167**
11.1. A classificação teleológica como eixo transversal ..... 168
11.2. Pretensão deduzida e objetivo final como categorias classificatórias ..... 169
11.3. Comparação funcional entre processos ..... 170
11.4. Classificação como seletor normativo ..... 170
11.5. Coerência, igualdade e justificação das diferenças ..... 172

**Parte III – PRINCÍPIOS ..... 175**

**Capítulo 12 – PRINCÍPIOS GERAIS E MATRIZ COMUM DO PROCESSO LEGÍTIMO ..... 177**
12.1. Princípio da dignidade da pessoa humana ..... 177
12.2. Princípio da Primazia da Justiça ..... 179

12.3. Princípio do devido processo legal ..... 182
12.3.1. Devido processo legal formal ..... 183
12.3.2. Devido processo legal substancial ..... 183
12.4. Princípio da proporcionalidade ..... 185
12.4.1. Adequação ..... 185
12.4.2. Necessidade ..... 186
12.4.3. Proporcionalidade em sentido estrito ..... 186
12.5. Princípio da razoabilidade ..... 187
12.6. Princípio da razoável duração do processo ..... 189
12.6.1. Nos processos sancionatórios ..... 191
12.6.2. Nos processos não sancionatórios ..... 191
12.7. Princípio da segurança jurídica ..... 192
12.7.1. Proteção da confiança legítima ..... 194
12.7.2. Irretroatividade como regra ..... 195
12.8. Princípio da igualdade ..... 195
12.8.1. Igualdade formal ..... 196
12.8.2. Igualdade material ..... 198
12.9. Princípio da ampla defesa ..... 199
12.9.1. Direito à defesa técnica ..... 200
12.9.2. Direito à autodefesa ..... 201
12.10. Princípio do contraditório ..... 203
12.10.1. Contraditório prévio ..... 205
12.10.2. Contraditório diferido ..... 206
12.11. Princípio da obrigatoriedade da fundamentação e da motivação das decisões ..... 207
12.11.1. Motivação das decisões limitadoras de direitos e vedação ao arbítrio ..... 209
12.12. Princípio do duplo grau de jurisdição e do direito à revisão ..... 211
12.12.1. Vedação à *reformatio in pejus* como garantia de efetividade do direito à revisão ..... 215
12.13. Princípio do Juiz Natural ..... 218
12.13.1. Autoridade competente, delegação e vedação à competência de exceção ..... 219
12.14. Princípio da reserva de jurisdição ..... 221
12.15. Princípio da Corresponsabilidade pela Justiça da Decisão ..... 223
12.16. Princípio da Adequação Isonômica do Ônus da Prova ..... 226
12.17. Princípio da correlação ou congruência entre pretensão e decisão ..... 227
12.17.1. Nos processos sancionatórios: correlação entre acusação e decisão ..... 228

12.18. Quadro-síntese dos princípios do Capítulo 12 ..... 232

**Capítulo 13 – PRINCÍPIOS ESPECIFICAMENTE LIGADOS AO PODER SANCIONATÓRIO ..... 235**

13.1. Princípio do Acusador Natural ..... 236
13.2. Princípio da presunção de inocência ..... 238
13.2.1. Da inaplicabilidade da presunção de legitimidade e veracidade como presunção de responsabilidade ..... 240
13.2.2. Intransferibilidade do ônus acusatório como projeção da presunção de inocência ..... 241
13.3. Princípio da plenitude de defesa nos processos sancionatórios ..... 242
13.3.1. Distinção entre ampla defesa e plenitude de defesa ..... 243
13.3.2. Projeção funcional nos processos sancionatórios ..... 243
13.4. Princípio da legalidade ..... 244
13.4.1. Tipicidade ..... 246
13.4.2. Taxatividade ..... 247
13.4.3. Vedação à analogia *in malam partem* ..... 248
13.5. Princípio da retroatividade da norma mais benéfica ..... 250
13.5.1. Fundamento constitucional ..... 251
13.5.2. Fundamento convencional e alcance material do art. 9 da Convenção Americana ..... 252
13.5.3. Jurisprudência nacional e posição da Teoria Geral da Defesa ..... 253
13.6. Princípio da culpabilidade ..... 256
13.6.1. O elemento subjetivo nas diferentes modalidades de processo sancionatório ..... 258
13.7. Princípio da pessoalidade ou intranscendência da sanção ..... 260
13.8. Princípio da individualização e da dosimetria da sanção ..... 264
13.9. Princípio da não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*) ..... 268
13.10. Princípio da humanidade das sanções ..... 273
13.11. Princípio do *non bis in idem* ..... 276
13.12. Princípio do *in dubio pro reo* ..... 279
13.13. Princípio da segregação de funções no sistema acusatório ..... 281
13.14. Quadro-síntese dos princípios do Capítulo 13 ..... 284

**Parte IV – REGIME JURÍDICO ..... 287**

**Capítulo 14 – DA CLASSIFICAÇÃO AO REGIME JURÍDICO ..... 289**

14.1. A classificação como antecedente da definição normativa ..... 289
14.2. Pretensão deduzida, objetivo final, classificação e regime jurídico ..... 290
14.3. A inadequação da aplicação automática do Código correspondente à classificação formal ..... 292

14.4. Compatibilidade material das normas processuais ..... 292
14.5. Aplicação subsidiária e supletiva ..... 293
14.6. Integração das lacunas conforme a natureza do processo ..... 294
14.7. Interpretação das normas conforme a classificação teleológica ..... 294
14.8. Afastamento das normas incompatíveis ..... 295

**Capítulo 15 – REGIME JURÍDICO DOS PROCESSOS DE NATUREZA SANCIONATÓRIA ..... 297**

15.1. Premissas estruturantes do processo de natureza sancionatória ..... 298
15.2. Finalidade do processo sancionatório e busca da verdade material ..... 300
15.3. Da não incidência dos efeitos materiais da revelia nos processos sancionatórios ..... 301
15.4. Regime probatório sancionador: Adequação Isonômica e intransferibilidade do ônus acusatório ..... 301
15.5. Defesa efetiva e indisponibilidade da função defensiva nos processos sancionatórios ..... 302
15.6. Obrigatoriedade da acusação clara e objetiva ..... 305
15.7. Imprescritibilidade da revisão das decisões sancionatórias definitivas ..... 308
15.8. Prescrição intercorrente, duração razoável e limite temporal do poder sancionatório ..... 311
15.9. Aplicação do CPC nos processos de natureza sancionatória ..... 313
15.10. Limites patrimoniais da sanção e preservação das condições materiais de subsistência ..... 314

**Capítulo 16 – REGIME JURÍDICO DOS PROCESSOS DE NATUREZA NÃO SANCIONATÓRIA ..... 317**

16.1. Finalidade do processo não sancionatório ..... 318
16.2. Garantia do direito de defesa ..... 319
16.3. Incidência da revelia ..... 320
16.4. Regime probatório nos processos não sancionatórios: aplicação do Princípio da Adequação Isonômica do Ônus da Prova ..... 322
16.4.1. Limites da distribuição dinâmica e preservação do direito de defesa ..... 324
16.5. Peculiaridades do contraditório e da ampla defesa nos processos não sancionatórios ..... 325

**Parte V – EXERCÍCIO DA DEFESA E INSTITUTOS TRANSVERSAIS ..... 327**

**Capítulo 17 – DIREITO DE DEFESA NOS PROCEDIMENTOS PRELIMINARES ..... 329**

17.1. A função dos procedimentos preliminares e os direitos da defesa ..... 330

17.2. Procedimentos preliminares de natureza sancionatória e não sancionatória ..... 331
17.2.1. Procedimentos preliminares de natureza sancionatória..... 331
17.2.2. Procedimentos preliminares de natureza não sancionatória..... 333
17.3. Direito de defesa nos procedimentos preliminares de natureza sancionatória ..... 334
17.3.1. Direito de acesso aos elementos já produzidos: Súmula Vinculante 14 ..... 334
17.3.2. Direito à entrevista prévia com o investigado..... 336
17.3.3. Direito de alertar o investigado sobre o direito ao silêncio ..... 337
17.3.4. Direito de acompanhar o interrogatório do investigado..... 338
17.3.5. Direito de requerer produção de provas..... 340
17.3.6. Direito à assistência na produção probatória e apresentação de quesitos ..... 341
17.3.7. Direito de fazer perguntas ..... 342
17.3.8. Direito de impugnar medidas coercitivas ilegais e desproporcionais ..... 343
17.3.9. Presunção de inocência e vazamento seletivo de informações..... 345
17.3.10. Direitos nas investigações administrativas e privadas de natureza sancionatória ..... 346
17.4. Direito de defesa nos procedimentos preliminares de natureza não sancionatória ..... 348
17.4.1. Participação na formação da decisão administrativa..... 348
17.4.2. Prévio requerimento administrativo e acesso à tutela jurisdicional..... 349
17.4.3. Constituição do crédito tributário e defesa administrativa ..... 350
17.4.4. Desfazimento de situações jurídicas já constituídas..... 351
17.4.5. Adequação e limites das garantias nos procedimentos não sancionatórios ..... 352

**Capítulo 18 – DIREITO DE DEFESA NAS MEDIDAS CAUTELARES..... 353**

18.1. Natureza e finalidade das medidas cautelares..... 354
18.2. Distinção entre medidas cautelares, tutela antecipada e sanções..... 355
18.3. Pressupostos de legitimidade: legalidade, necessidade, adequação, proporcionalidade e motivação ..... 356
18.4. Contraditório prévio e contraditório diferido..... 357
18.5. Reserva de jurisdição e limites da atuação administrativa..... 358
18.6. Medidas cautelares nos processos sancionatórios e não sancionatórios..... 360
18.6.1. Nos processos de natureza sancionatória..... 360
18.6.2. Nos processos de natureza não sancionatória ..... 362

18.7. Impugnação, substituição, revogação e revisão ..... 363
18.8. Temporariedade, restrições excessivas e vedação da antecipação da sanção..... 364

**Capítulo 19 – DIREITO DE DEFESA NO JUÍZO DAS GARANTIAS..... 367**
19.1. Conceito, origem e criação: Lei nº 13.964/2019..... 368
19.2. Funções do juízo das garantias: controle da legalidade da investigação..... 369
19.2.1. Segregação funcional, imparcialidade e originalidade cognitiva do julgador..... 371
19.3. Direitos da defesa perante o juízo das garantias..... 372
19.4. Impugnação de atos investigativos ilegais ou desproporcionais..... 374
19.5. Controle judicial das medidas cautelares e garantias do investigado..... 375
19.6. Acesso à prova no âmbito do juízo das garantias..... 376
19.7. Situação normativa atual: julgamento do STF, regulamentação pelo CNJ e implementação..... 378
19.8. O juiz das garantias para além do processo penal: projeção funcional nos processos sancionatórios..... 380

**Capítulo 20 – FORMAS DE EXERCÍCIO E EFETIVIDADE DA DEFESA.... 385**
20.1. Defesa técnica..... 386
20.2. Autodefesa..... 388
20.3. Defesa profissional..... 391
20.4. Defesa efetiva e oportunidade de defesa..... 392

**Capítulo 21 – DIREITO DE DEFESA NOS PROCESSOS ..... 395**
21.1. Direito de falar por último..... 396
21.1.1. Direito à última manifestação da defesa..... 396
21.1.2. Direito à última manifestação pessoal em autodefesa..... 397
21.2. Autodefesa, interrogatório e depoimento pessoal..... 398
21.2.1. Interrogatório e autodefesa nos processos sancionatórios..... 398
21.2.2. Depoimento pessoal e manifestação defensiva nos processos não sancionatórios..... 400
21.3. Direito de influir efetivamente no convencimento do julgador..... 402
21.4. Direito ao equilíbrio na condução do processo..... 403
21.5. Excludentes de ilicitude e outras causas defensivas..... 404
21.5.1. Causas excludentes e justificantes nos processos sancionatórios.. 404
21.5.2. Fatos impeditivos, modificativos e justificadores nos processos não sancionatórios..... 405
21.6. Da observância da defesa efetiva..... 405
21.7. Do direito ao julgador imparcial..... 406
21.8. Da análise do prejuízo decorrente da violação da defesa..... 407
21.8.1. Ausência de defesa efetiva..... 408

21.8.2. Deficiência da defesa ..... 408
21.8.3. A Súmula nº 523 do STF como parâmetro e os limites de sua projeção ..... 409
21.9. A inteligência artificial no exercício da defesa profissional, a responsabilidade do defensor e a vedação de prejuízo ao defendente ..... 410

**Capítulo 22 – DIREITO DE DEFESA E TEORIA DA PROVA..... 413**
22.1. Direito à prova como dimensão da defesa ..... 414
22.1.1. Direito à produção da prova ..... 414
22.1.2. Direito à participação na formação da prova ..... 415
22.1.3. Direito à contraprova ..... 415
22.2. Ônus da prova e direito de defesa ..... 416
22.2.1. Conceito e função ..... 417
22.2.2. Ônus de alegação, ônus de produção e risco da insuficiência ..... 417
22.2.3. Ônus da prova e dever de instrução ..... 417
22.3. Natureza da relação jurídica e regime probatório ..... 418
22.3.1. Relações tendencialmente paritárias ..... 418
22.3.2. Relações assimétricas de caráter protetivo ..... 419
22.3.3. Relações sancionatórias ..... 419
22.4. Aplicação do Princípio da Adequação Isonômica do Ônus da Prova ..... 419
22.4.1. Igualdade material e posição jurídica e material das partes ..... 420
22.4.2. Disponibilidade, acesso e aptidão para a prova ..... 420
22.4.3. Distribuição dinâmica e limites ..... 420
22.4.4. Vedação à redistribuição inviabilizadora da defesa ..... 421
22.5. Intransferibilidade do ônus acusatório como projeção da presunção de inocência ..... 421
22.5.1. Fundamentos ..... 422
22.5.2. Núcleo probatório da imputação ..... 422
22.5.3. Produzir prova e dever de provar a inocência ..... 423
22.5.4. Dificuldade acusatória não transfere o ônus ..... 423
22.6. Fatos constitutivos da imputação e fatos defensivos ..... 424
22.6.1. Excludentes e justificantes ..... 424
22.6.2. Fatos negativos ..... 424
22.6.3. Fatos de acesso predominante do defendente ..... 425
22.7. Presunções e direito de defesa ..... 425
22.7.1. Presunção de inocência e ônus ..... 425
22.7.2. Presunção de legitimidade dos atos administrativos ..... 425
22.7.3. Autos, relatórios, termos e certidões produzidos unilateralmente ..... 426

22.7.4. Vedação à conversão da legitimidade em presunção de culpabilidade ..... 426
22.8. Ônus da prova e *standard* probatório ..... 427
22.8.1. Quem deve provar e quanto precisa ser provado ..... 427
22.8.2. Insuficiência probatória e regra de julgamento ..... 428
22.8.3. *In dubio pro reo* ..... 428
22.9. Suficiência probatória e natureza da intervenção jurídica ..... 429
22.9.1. Processos sancionatórios ..... 429
22.9.2. Processos não sancionatórios ..... 429
22.9.3. Vedação ao rebaixamento do *standard* dentro do campo sancionador ..... 430

**Capítulo 23 – DEFESA E VERDADE NO PROCESSO ..... 431**
23.1. Verdade processualmente demonstrável ..... 431
23.2. A defesa como método de teste das hipóteses ..... 432
23.3. Verdade, ônus e *standards* ..... 433
23.4. Limites cognitivos e tecnológicos ..... 434

**Capítulo 24 – DEFESA E CONSENSUALIDADE ..... 437**
24.1. Natureza negocial e direito à análise motivada da possibilidade de acordo ..... 437
24.2. Garantias comuns aos mecanismos consensuais de resolução de conflitos ..... 438
24.3. Consenso em processos sancionatórios ..... 440
24.4. Consenso em processos não sancionatórios ..... 442
24.5. O direito de não negociar ..... 443

**Parte VI – SUJEITOS DO PROCESSO E POSIÇÕES FUNCIONAIS ..... 445**

**Capítulo 25 – PARIDADE DE ARMAS ..... 447**
25.1. Conceito e fundamento ..... 448
25.2. Nos processos em geral ..... 449
25.3. Nos processos de natureza sancionatória ..... 451
25.3.1. Estrutura do acusador *versus* estrutura da defesa ..... 452
25.3.2. Paridade de armas e acesso à prova ..... 454
25.3.3. A aplicação subsidiária do CPC e seus limites ..... 455
25.3.4. Paridade temporal, prazo em dobro e ordem das manifestações ..... 456
25.4. Nos processos de natureza não sancionatória ..... 458
25.4.1. Advocacia Pública, prerrogativas processuais e paridade material ..... 459
25.4.2. Prazo em dobro, intimação pessoal e teste de contemporaneidade ..... 460

**Capítulo 26 – ATUAÇÃO DA ACUSAÇÃO NOS PROCESSOS DE NATUREZA SANCIONATÓRIA ..... 465**

26.1. O papel da acusação no processo sancionatório ..... 465
26.2. A acusação pública e o dever de tutela da ordem jurídica ..... 466
26.3. O dever da acusação de buscar adequada reconstrução dos fatos ..... 466
26.4. Atuação da acusação em favor do acusado como dever funcional ..... 468
26.4.1. A legalidade e a tutela da ordem jurídica acima da pretensão acusatória ..... 469
26.4.2. Dever de requerer absolvição, arquivamento ou adequação da imputação ..... 469
26.4.3. Atuação da acusação diante da ausência ou deficiência de defesa ..... 470
26.4.4. Verdade material e dever de revisão da própria posição acusatória ..... 471
26.4.5. Reconhecimento de ilegalidades, nulidades e situações juridicamente favoráveis ao acusado ..... 472
26.4.6. Previsões no Código de Processo Penal ..... 473
26.4.7. Extensão aos demais processos sancionatórios ..... 476
26.4.8. Limites funcionais: atuar em favor do acusado não transforma a acusação em defesa ..... 477
26.5. Obrigatoriedade de individualização da conduta de cada acusado ..... 479
26.6. Obrigatoriedade da indicação precisa dos fatos e seus fundamentos ..... 483
26.7. Vedação ao argumento de conveniência e proibição de comportamento contraditório pela acusação ..... 485
26.8. O dever de zelar pela imparcialidade do juízo ..... 486
26.9. O abuso no exercício da acusação e a Lei de Abuso de Autoridade ..... 486
26.10. O uso da inteligência artificial pela acusação e a vedação de prejuízo ao acusado ..... 487

**Capítulo 27 – ATUAÇÃO DO AUTOR NOS PROCESSOS DE NATUREZA NÃO SANCIONATÓRIA ..... 489**

27.1. O papel do autor nos processos não sancionatórios: legitimidade ativa e posição defensiva correlata ..... 490
27.2. Delimitação, estabilidade e modificação da pretensão sob a perspectiva da defesa ..... 491
27.3. Boa-fé, cooperação e vedação ao abuso do direito de ação ..... 491
27.4. Ônus da prova, acesso às fontes probatórias e limites à transferência de encargos ..... 492
27.5. Poder de disposição, desistência, repropositura e proteção da posição defensiva ..... 493
27.6. Litigância de má-fé como módulo sancionatório incidental ..... 494
27.7. O uso da inteligência artificial pelo autor: responsabilidade, escala e controle defensivo ..... 495

**Capítulo 28 – ATUAÇÃO DO JULGADOR NOS PROCESSOS DE NATUREZA SANCIONATÓRIA ..... 497**
28.1. O papel do julgador no processo sancionatório ..... 498
28.2. A imparcialidade do julgador como garantia do direito de defesa ..... 499
28.2.1. Dimensões da imparcialidade e mecanismos de preservação ..... 501
28.2.2. A imparcialidade, a influência da mídia, as redes sociais e o clamor popular ..... 502
28.2.3. A influência externa no Tribunal do Júri ..... 504
28.3. A ilegalidade da atuação do julgador como acusador: o sistema acusatório ..... 505
28.3.1. Limite entre esclarecimento judicial e suprimento da acusação .. 506
28.4. O dever do julgador de não permitir que o acusado fique indefeso ..... 507
28.5. O dever do julgador de buscar o conhecimento técnico necessário para apreciar os argumentos da defesa ..... 508
28.6. A obrigatoriedade de oportunizar à defesa a possibilidade de influir no convencimento do julgador ..... 509
28.7. A aproximação indevida entre acusação e julgador como causa de comprometimento da imparcialidade ..... 510
28.8. O duplo grau de jurisdição, a revisão efetiva e a distinção funcional no recurso ..... 511
28.9. O uso da inteligência artificial pelo julgador: limites, responsabilidade e vedação de prejuízo ao acusado pela decisão algorítmica ..... 514

**Capítulo 29 – ATUAÇÃO DO JULGADOR NOS PROCESSOS DE NATUREZA NÃO SANCIONATÓRIA ..... 517**
29.1. O papel do julgador nos processos não sancionatórios: distinções em relação ao processo sancionatório ..... 518
29.2. Imparcialidade, neutralidade e intervenção judicial nos processos não sancionatórios ..... 518
29.3. Iniciativa probatória nos processos não sancionatórios: poderes, limites e preservação da paridade de armas ..... 519
29.3.1. Teste de legitimidade da iniciativa instrutória ..... 520
29.4. O dever de fundamentação nos processos não sancionatórios: semelhanças e diferenças com o processo sancionatório ..... 521
29.5. O controle do equilíbrio processual pelo julgador nos processos não sancionatórios ..... 522
29.6. O uso da inteligência artificial pelo julgador nos processos não sancionatórios ..... 523

**Parte VII – GARANTIAS E EFETIVIDADE DO DIREITO DE DEFESA ..... 527**

**Capítulo 30 – SISTEMA DE GARANTIAS DEFENSIVAS ..... 529**

30.1. A distinção entre direitos e garantias processuais ..... 529
30.2. Arquitetura funcional do sistema de garantias defensivas ..... 530
30.2.1. Informação, acesso e inteligibilidade ..... 530
30.2.2. Tempo, meios, assistência e autonomia ..... 531
30.2.3. Prova, contraprova e controle do material cognitivo ..... 531
30.2.4. Influência, imparcialidade, fundamentação e vedação à surpresa ..... 532
30.2.5. Revisão, controle e recomposição da oportunidade defensiva ..... 532
30.2.6. Proteção da função defensiva e acessibilidade econômica e tecnológica ..... 532
30.3. Garantias transversais e mecanismos de proteção da defesa ..... 533
30.3.1. Vedação à utilização de provas ilícitas ..... 533
30.3.2. Direito à publicidade dos atos processuais ..... 534
30.3.3. Direito à assistência jurídica integral ..... 534
30.3.4. *Habeas corpus* e mandado de segurança como garantias processuais da defesa ..... 535
30.3.5. Garantia de comunicação reservada entre defendente e defensor ..... 535
30.3.6. Uso de inteligência artificial no processo e garantias fundamentais: transparência, não discriminação e controle humano da decisão ..... 536
30.4. Garantias defensivas próprias do regime sancionatório ..... 537
30.4.1. Vedação à denúncia anônima como fundamento exclusivo da acusação ..... 538
30.5. Conformação das garantias nos processos de natureza não sancionatória ..... 539

**Capítulo 31 – DEVER DE ENFRENTAMENTO DOS ARGUMENTOS DA DEFESA ..... 541**

31.1. O dever de enfrentamento como expressão qualificada do dever de fundamentação: art. 489, § 1º, do CPC e sua aplicação transversal ..... 541
31.1.1. Critério de relevância defensiva dos argumentos ..... 543
31.2. Modalidades de violação: silêncio, resposta aparente, fundamentação *per relationem* e fórmulas abstratas ..... 543
31.3. Consequências: correção, invalidação e responsabilidade em plano autônomo ..... 544

**Capítulo 32 – ACESSO, INTEGRIDADE E CONTROLE DEFENSIVO DA PROVA ..... 547**

32.1. Fundamento constitucional e convencional ..... 547
32.1.1. Estrutura do controle defensivo da prova ..... 548
32.2. Acesso e controle defensivo da prova nos processos de natureza sancionatória ..... 549
32.2.1. Súmula Vinculante nº 14 do STF ..... 550

32.2.2. Art. 7º, XIV, do Estatuto da OAB ..... 551
32.2.3. Jurisprudência da Corte Interamericana: *Barreto Leiva vs. Venezuela* ..... 551
32.2.4. Consequências da negativa de acesso ..... 552
32.2.4.1. Nulidade ..... 552
32.2.4.2. Crime de abuso de autoridade: art. 32 da Lei nº 13.869/2019 ..... 553
32.3. Acesso e controle defensivo da prova nos processos de natureza não sancionatória ..... 554
32.3.1. Processos judiciais de natureza não sancionatória ..... 554
32.3.2. Processos administrativos de natureza não sancionatória ..... 555
32.4. Preservação, integridade e rastreabilidade da prova ..... 555
32.4.1. Teoria da perda de uma chance probatória ..... 556
32.4.2. Cadeia de custódia e rastreabilidade probatória ..... 556
32.4.3. Consequências da não preservação ..... 558
32.5. Acesso material, inteligibilidade e contestabilidade da prova ..... 559
32.6. Confiabilidade epistêmica da prova e inteligência artificial ..... 560

**Capítulo 33 – DEFICIÊNCIA DA DEFESA, PREJUÍZO E NULIDADES ..... 565**

33.1. Ausência, deficiência e estratégia ..... 565
33.2. Prejuízo de resultado e prejuízo de oportunidade ..... 566
33.3. Deficiência da defesa e nulidades nos processos de natureza sancionatória ..... 568
33.3.1. Processo penal, Súmula nº 523 do STF e demonstração do prejuízo ..... 569
33.3.2. Demais processos sancionatórios ..... 569
33.4. Deficiência da defesa e nulidades nos processos de natureza não sancionatória ..... 571
33.4.1. Processos judiciais de natureza não sancionatória ..... 571
33.4.2. Processos administrativos de natureza não sancionatória ..... 571
33.5. Controle da efetividade sem substituição da estratégia defensiva ..... 572
33.6. Extensão da invalidação e recomposição da oportunidade defensiva ..... 573

**Capítulo 34 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E DE CONVENCIONALIDADE COMO INSTRUMENTOS DE DEFESA ..... 575**

34.1. A identificação da fonte normativa da garantia como antecedente da estratégia defensiva ..... 576
34.1.1. Mapeamento multinível das fontes de proteção ..... 576
34.1.2. Da fonte da garantia à escolha da técnica de impugnação ..... 577
34.2. O controle de constitucionalidade como instrumento defensivo ..... 577

34.2.1. Controle difuso e incidental ..... 577
34.2.2. Controle concentrado e repercussões sobre a defesa individual .. 578
34.2.3. Tratados do art. 5º, § 3º, e bloco de constitucionalidade ..... 578
34.2.4. Reserva de plenário e Súmula Vinculante nº 10..... 579
34.3. O controle de convencionalidade como instrumento defensivo..... 580
34.3.1. Fundamento na Convenção Americana e na jurisprudência da Corte Interamericana ..... 580
34.3.2. O Caso *Almonacid Arellano* e o dever de compatibilização ..... 581
34.3.3. *Status* do tratado e efeitos do controle no direito brasileiro..... 582
34.4. Constituição, tratados de direitos humanos e princípio *pro persona*..... 582
34.4.1. Art. 5º, § 2º, da Constituição e art. 29 da Convenção Americana..... 582
34.4.2. RE 466.343 e a prevalência convencional no plano aplicativo ... 583
34.4.3. Limites da prevalência protetiva e distinção entre autorização e imposição constitucional ..... 584
34.5. Efeitos práticos para a defesa ..... 584
34.5.1. Afastamento da norma incompatível e interpretação protetiva... 585
34.5.2. Aplicações nos processos de natureza sancionatória..... 585
34.5.3. Aplicações nos processos de natureza não sancionatória ..... 586
34.5.4. Método defensivo de controle multinível..... 587
34.6. Da proteção interna ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos.... 587
34.6.1. Petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos ..... 587
34.6.2. Esgotamento dos recursos internos e requisitos de admissibilidade..... 588
34.6.3. Submissão do caso à Corte Interamericana e participação da vítima..... 588
34.6.4. O Sistema Interamericano não funciona como quarta instância..... 589
34.6.5. Dois planos de proteção e responsabilidade ..... 589
34.7. Síntese: controle e proteção multinível como técnica de defesa..... 590

**Capítulo 35 – ACESSO ECONÔMICO À DEFESA ..... 593**

35.1. A barreira econômica como restrição material ao direito de defesa..... 594
35.2. Matriz geral: efetividade, capacidade econômica e proporcionalidade..... 594
35.3. Acesso econômico à defesa nos processos de natureza sancionatória ..... 595
35.3.1. Processo administrativo, despesas e acesso aos meios defensivos..... 596
35.3.2. Depósito prévio e admissibilidade de recurso administrativo ..... 597
35.3.3. Custos de produção probatória, assistência técnica e recursos .... 598
35.3.4. Improbidade administrativa e o art. 23-B da Lei nº 8.429/1992 ..... 599
35.3.5. Relações privadas de natureza sancionatória..... 601
35.4. Acesso econômico à defesa nos processos de natureza não sancionatória.. 601

35.4.1. Gratuidade da justiça e acesso efetivo à tutela ..... 602
35.4.2. Custos probatórios e igualdade material ..... 603
35.4.3. Processos administrativos não sancionatórios ..... 604
35.4.4. Processo tributário: obrigação principal, sanção e barreiras econômicas ..... 604
35.5. Custos ao final e custos como condição prévia de defesa ..... 605
35.6. Proposição da Teoria Geral da Defesa sobre barreiras econômicas ..... 606

**Parte VIII – PRERROGATIVAS DEFENSIVAS ..... 609**

**Capítulo 36 – PRERROGATIVAS DE QUEM EXERCE O DIREITO DE DEFESA ..... 611**
36.1. Independência ..... 611
36.1.1. Independência técnica e profissional do advogado ..... 612
36.1.2. Independência do defensor público ..... 612
36.1.3. Liberdade do advogado para aceitar ou recusar o patrocínio da causa ..... 612
36.2. Imunidade ..... 613
36.2.1. Imunidade profissional do advogado ..... 614
36.2.2. Limites da imunidade ..... 614
36.3. Inoponibilidade de razões de mera conveniência administrativa às prerrogativas defensivas ..... 615
36.4. Inviolabilidade do escritório e dos instrumentos de trabalho ..... 615
36.5. Sigilo profissional ..... 616
36.6. Prerrogativas do defensor como garantias instrumentais do direito de defesa ..... 617

**Parte IX – APLICAÇÕES DA TEORIA GERAL DA DEFESA A PROCESSOS DE NATUREZA SANCIONATÓRIA ..... 621**

**Capítulo 37 – PROCESSO PENAL ..... 623**
37.1. Pretensão punitiva penal e objetivo final ..... 623
37.2. Classificação tradicional e classificação teleológica no processo penal ..... 624
37.3. O núcleo constitucional e convencional no processo penal ..... 624
37.4. O Código de Processo Penal como disciplina específica da categoria penal ..... 625
37.5. Dimensões não sancionatórias no interior do processo penal ..... 625
37.6. O lugar do processo penal na classificação teleológica ..... 626
37.7. Aplicações defensivas específicas ..... 627

**Capítulo 38 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ..... 629**
38.1. A denominação formal da ação ..... 629

38.2. As pretensões deduzidas e os objetivos finais ..... 630
38.3. As consequências jurídicas pretendidas ..... 631
38.4. A classificação teleológica ..... 632
38.5. Compatibilidade das normas civis com a natureza sancionatória ..... 632
38.6. Incidência direta das garantias sancionatórias e integração normativa ..... 633
38.7. O regime jurídico decorrente da classificação ..... 634
38.8. Atualização do regime após as ADIs 7.156 e 7.236 ..... 635

**Capítulo 39 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ..... 637**
39.1. Pretensão disciplinar e objetivo final ..... 637
39.2. Natureza sancionatória e classificação teleológica ..... 638
39.3. Regime jurídico e integração normativa ..... 639
39.4. Defesa, prova e decisão no PAD ..... 639
39.5. Competência disciplinar, delegação e limites do exercício do poder sancionatório ..... 641
39.6. Participação da vítima e preservação da defesa ..... 643

**Capítulo 40 – PROCESSOS DE NATUREZA SANCIONATÓRIA PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS ..... 645**
40.1. A diversidade das competências dos Tribunais de Contas ..... 645
40.2. Processos sancionatórios e não sancionatórios: critério de classificação ..... 646
40.3. Imputação de débito, julgamento das contas e finalidade ressarcitória ..... 647
40.4. Aplicação de multa e outras sanções ..... 648
40.5. Regimes jurídicos distintos e consequências da classificação ..... 650
40.6. Dever de prestar contas, *accountability* e ônus acusatório ..... 651
40.7. Dados, matrizes de responsabilidade e inteligência artificial ..... 652
40.8. Coordenação com os processos não sancionatórios perante os Tribunais de Contas ..... 654

**Capítulo 41 – OUTROS PROCESSOS DE NATUREZA SANCIONATÓRIA ..... 655**
41.1. Licitações e contratos ..... 655
41.2. Direito ambiental ..... 656
41.3. Direito concorrencial ..... 656
41.4. Agências reguladoras ..... 656
41.5. Proteção de dados pessoais ..... 657
41.6. Direito tributário ..... 657
41.7. Direito do consumidor ..... 658
41.8. Trânsito ..... 658
41.9. Mercado financeiro ..... 659

41.10. Processos sancionatórios privados ..... 660
41.11. Unidade de contenção sem uniformidade de responsabilidade ..... 661

**Parte X – APLICAÇÕES DA TEORIA GERAL DA DEFESA A PROCESSOS DE NATUREZA NÃO SANCIONATÓRIA ..... 665**

**Capítulo 42 – APLICAÇÃO DA TEORIA GERAL DA DEFESA AO PROCESSO CIVIL ..... 667**
42.1. Contraditório substancial e decisão-surpresa ..... 667
42.2. Revelia e autorresponsabilidade ..... 668
42.3. Ônus da prova e Adequação Isonômica ..... 669
42.4. Módulos sancionatórios incidentais ..... 669

**Capítulo 43 – APLICAÇÃO DA TEORIA GERAL DA DEFESA AO PROCESSO DO TRABALHO ..... 671**
43.1. Ônus da prova e igualdade material ..... 671
43.2. Justa causa e antecedente sancionatório privado ..... 672
43.3. Revelia, *jus postulandi* e assistência ..... 674
43.4. Assimetria protetiva e assimetria sancionatória ..... 674

**Capítulo 44 – APLICAÇÃO DA TEORIA GERAL DA DEFESA AOS JUIZADOS ESPECIAIS ..... 677**
44.1. *Jus postulandi* e natureza da pretensão ..... 677
44.2. Celeridade e prejuízo à defesa ..... 678
44.3. Revelia, prova e fundamentação simplificada ..... 678

**Capítulo 45 – APLICAÇÃO DA TEORIA GERAL DA DEFESA AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE NATUREZA NÃO SANCIONATÓRIA ..... 679**
45.1. Ônus do interessado e dever oficial de instrução ..... 679
45.2. Inatividade sem confissão ..... 680
45.3. Autotutela e efeitos concretos ..... 680
45.4. Motivação, recurso e automação ..... 682

**Capítulo 46 – APLICAÇÃO DA TEORIA GERAL DA DEFESA AOS PROCESSOS DE NATUREZA NÃO SANCIONATÓRIA NOS TRIBUNAIS DE CONTAS ..... 685**
46.1. Fiscalização geral e progressividade da proteção ..... 685
46.2. Recomendação, ciência e determinação ..... 686
46.3. Registro de atos e contraditório ..... 686
46.4. Parecer prévio e autonomia das etapas ..... 688

**Capítulo 47 – APLICAÇÃO DA TEORIA GERAL DA DEFESA A OUTROS PROCESSOS DE NATUREZA NÃO SANCIONATÓRIA ..... 691**
47.1. Arbitragem..... 691
47.2. Mediação e conciliação ..... 693
47.3. Decisões privadas e plataformas digitais ..... 694

**Parte XI – REPERCUSSÕES DA TEORIA GERAL DA DEFESA..... 697**

**Capítulo 48 – REPERCUSSÕES DA TEORIA GERAL DA DEFESA SOBRE A TEORIA GERAL DO PROCESSO ..... 699**
48.1. O direito de defesa como categoria transversal da teoria processual ..... 700
48.2. O defendente como posição funcional autônoma..... 701
48.3. Defesa como contraponto à pretensão e condição de legitimidade da decisão..... 702
48.4. Matriz comum, camadas funcionais e conformação das garantias..... 703
48.5. Assimetria protetiva e paridade material ..... 704
48.6. Uma Teoria Geral do Processo estruturalmente comum, funcionalmente diferenciada e defensivamente orientada..... 705

**Capítulo 49 – REPERCUSSÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA..... 707**
49.1. A classificação teleológica como orientação ao legislador ..... 707
49.2. Revisão das remissões automáticas entre diplomas processuais..... 708
49.3. Interpretação judicial conforme a natureza do processo..... 709
49.4. Controle das normas incompatíveis com a classificação material ..... 710
49.5. Uniformização dos regimes de processos materialmente semelhantes..... 711
49.6. Segurança jurídica..... 712
49.7. Legística processual e avaliação de impacto defensivo ..... 713
49.8. Coerência jurisprudencial funcional..... 715
49.9. Classificação não é atalho argumentativo ..... 716

**Capítulo 50 – LIMITES E PERSPECTIVAS DA TEORIA GERAL DA DEFESA ..... 719**
50.1. Legalidade, competência e hierarquia das fontes..... 719
50.2. Integração não é transposição automática..... 720
50.3. A teoria não é estratégia para vencer..... 720
50.4. Direitos defensivos também possuem limites..... 721
50.5. Nulidades e prejuízo ..... 721
50.6. Limites da própria classificação ..... 722
50.7. Transversalidade não é onipresença ..... 722
50.8. Limites jurisprudenciais e institucionais..... 723

50.9. Perspectivas de desenvolvimento ..... 724
50.10. Contraditório algorítmico e defesa por *design* ..... 724
50.11. Testabilidade e abertura ..... 727

**Capítulo 51 – O DIREITO DE DEFESA COMO SISTEMA E CONDIÇÃO DE LEGITIMIDADE DO PROCESSO ..... 729**
51.1. A unidade sistemática da Teoria Geral da Defesa ..... 729
51.2. A interconexão entre os institutos defensivos ..... 730
51.3. A classificação teleológica como elemento de articulação do sistema ..... 733
51.4. A defesa como condição de legitimidade do processo e da decisão ..... 734

**Referências ..... 735**